

Entrevista n.º: 125

Entrevistado: *Rubem José da Costa Castello Branco*

Cargo: Funcionário aposentado

Data: 11 de julho de 2005

Local: Museu da Justiça

Duração: 57 min

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Regina Célia de Souza Lemos

Levantamento bibliográfico e roteiro: Jorge Luís Rocha

Sumário: Gilmar de Almeida Sá

## **Sumário**

Dados pessoais: nome, cargo e faculdade cursada. A participação no 1º concurso para o Tribunal de Justiça do antigo estado da Guanabara em 1961. A estrutura do corpo funcional nos anos 60. Ausência de funcionários concursados. A forma de preenchimento de cargos e de pagamento na 1ª Instância. A localização dos cartórios e unidades do Tribunal no início dos anos 60. Localização do Tribunal do Júri e das Pretorias. A forma de pagamento dos funcionários. A localização das unidades administrativas e da Corregedoria. A influência do avô Rubem Pereira da Costa, funcionário do Tribunal, na escolha da carreira. O início da carreira no setor de jurisprudência. A importância da jurisprudência. A influência da jurisprudência na legalização do concubinato. O relacionamento cerimonioso entre funcionários e magistrados. A inauguração do novo prédio do Tribunal de Justiça nos anos 60. As unidades transferidas para o novo prédio. Os problemas funcionais gerados pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: vencimentos e nomenclaturas diferenciados. A criação de quadros diferentes de funcionários no Poder Executivo e no Poder Judiciário e a difícil adequação. Diferenciações em vencimentos e vantagens. Boatos sobre intervenções no Poder Judiciário no período do governador militar. O problema de espaço físico no funcionamento da Justiça na atualidade. Lembranças de alguns magistrados importantes na carreira do entrevistado. Lembranças do avô, bibliotecário do Tribunal de Justiça: o tempo em que ambos trabalhavam no Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara. Lembranças de processos famosos no Tribunal do Júri. Argumentos contrários ao controle externo do Poder Judiciário. A importância de um código de ética para os funcionários do Judiciário. Opinião acerca da pouca idade dos novos magistrados e o problema da falta de vivência. O bom relacionamento obtido com os colegas de trabalho e as amizades que se perpetuaram. Os quadros da segunda instância: maioria feminina, indicações, bom preparo intelectual dos funcionários. Os quadros da primeira instância: livre nomeação, maioria masculina, indicação dos donos de cartório e nomeação pelo Poder Judiciário. Detalhes do primeiro concurso para o Tribunal de Justiça do antigo estado da Guanabara em que foi aprovado (1960): local, provas, quantidade de candidatos. Fatores geradores da lentidão da Justiça: crescimento populacional, deturpação do conceito de dano moral, população mais informada, procura por indenizações, e não por justiça. Funcionários que o ajudaram em sua carreira. O período em que foi diretor-geral do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1993 e 1994). A dedicação intensa ao Tribunal de Justiça. A gratidão ao Tribunal. Conselhos aos novos funcionários do Tribunal de Justiça. A intensa procura pelo serviço de

consulta à jurisprudência antes da difusão da internet. O atendimento a advogados, magistrados e Ministros de Tribunais superiores. As grandes dificuldades enfrentadas no período de informatização da jurisprudência: o trabalho do Proderj, a falta de exaço nos serviços de digitação, a falta de preparo e conhecimentos na área da informática. Relato das antigas dependências do setor de jurisprudência. Detalhes sobre os procedimentos no setor. O recolhimento de fichas para o arquivo. A adoção da técnica de microfilmagem pelo tribunal. A composição do Tribunal Pleno do estado unificado. Problemas gerados pela fusão nas listas de promoção de magistrados e de funcionários. A criação das referências no quadro de funcionários no final dos anos 70. Greves realizadas pelos funcionários. Desunião e interesses divergentes entre funcionários de primeira e segunda instância. O comportamento da direção do Tribunal de Justiça durante a greve de 1983. A ação perdida pelo funcionalismo durante o governo Moreira Franco. Agradecimentos.